

# Orçamento perderá NCz\$ 6,5 bi

O Governo cortará fundo no novo orçamento que a Seplan está preparando para ser apresentado ao Congresso na forma de projeto de lei, no prazo de 30 dias: NCz\$ 6,5 bilhões que serão acrescidos de mais NZz\$ 2 bilhões correspondentes ao atraso no pagamento do salário do funcionalismo o qual ao final de um ano proporcionará ao Tesouro uma economia equivalente a um mês de salário.

O novo secretário de Orçamento e Finanças, Pedro Parente, explicou que tornou-se necessário promover novos cortes porque o próprio Congresso votou lei no sentido de garantir a execução orçamentária de acordo com o princípio de que somente será permitido gastar o que for efetivamente arrecadado. No Orçamento aprovado pelo Congresso está previsto uma emissão de títulos da dívida pública correspondente a NCz\$ 18,5 bilh-oes, dos quais NZz\$ 10 bilhões relativos à rolagem da dívida pública interna. Como a lei permite o financia-

mento via títulos emitidos pelo Tesouro somente para a dívida, restará a alternativa de se fazer novos cortes nos gastos do Governo.

Na próxima semana, Pedro Parente disse que vai reunir-se com todos os secretários gerais dos ministérios para solicitar-lhes levantamentos de novas despesas que deverão ser eliminadas, com prazo de no máximo dez dias para serem encaminhados à Seplan. Todos os programas oficiais são candidatos a novos cortes. Os ministérios das Comunicações e dos Transportes, por exemplo, serão bastante penalizados, pois as dotações financeiras previstas para serem transferidas pelo Tesouro a eles, este ano, seriam garantidas por emissões de títulos. Esta hipótese está eliminada. O ministro Mailson da Nóbrega adiantou que haverá cortes generalizados no item outras despesas que engloba todos os recursos destinados à manutenç-ao de prédios, estradas, gastos com materiais di-

versos, etc. Não ficarão de fora, também, o orçamento de crédito: setor agrícola, exportador, compra de estoque regulador, etc.

Apesar de o ministro insistir que a recessão proclamada pelos empresários é uma técnica de amedrontação destes em cima do Governo, para flexibilizar os preços e garantir a eles ganhos substanciais com os estoques acumulados que dispõem, o fato é que, como admitiu o secretário do Tesouro, Luis Antonio Gonçalves, os novos cortes resultarão em desaceleraç-ao do crescimento econômico e mais recess-ao — “não sei de outra forma para sair da inflação senão através de uma recessão”. É voz corrente entre os economistas da Fazenda, que a recessão será inevitável. Déficit em torno de zero, como promete o Governo, acrescido de alta taxas de juros, que o ministro disse, serão mantidas para conter a especulação com estoques, resultando, inevitavelmente, em recessão.